

# Geopolítica e Geoestratégia

Pedro de Pezarat Correia

*General (R)*

## Resumo

Este artigo efetua uma revisão analítica dos conceitos de geopolítica e geoestratégia. Argumenta que a designação corrente de geopolítica aplica-se predominantemente a elaborações teóricas que são do domínio da geoestratégia.

Esta derivação semântica abre caminho ao surgimento de uma nova forma de encarar a geopolítica que respeite os seus fundamentos conceptuais, enquanto disciplina que assenta na combinação da geografia e da política, mas invertendo a interação mútua destes elementos, passando-se de uma geografia como instrumento em benefício da política, a uma política como instrumento colocado ao serviço da geografia.

## Abstract

### *Geopolitics and Geostrategy*

*This article draws an analytical review of geopolitical and geostrategic concepts. It argues that the current geopolitics denomination applies mainly to theoretical elaborations that are under the geostrategy dominion.*

*This semantic deviation opens the door to a new way of facing geopolitics, one that respects its conceptual fundamentals as a discipline based on a combination of geography and politics, but inverting the mutual interaction between these elements, where geography becomes not a policy tool but leading the employment of the latter.*

## Génese

Rudolf Kjellén, sueco, acadêmico e professor, geógrafo, politólogo, profundamente influenciado pela cultura germânica em pujante ascensão no século XIX, publicou, em 22 de março de 1901, num vespertino de Gotemburgo, *Göteborgs Aftonblad*, o artigo “A política como ciência” (Politik och Vetenskap) – provavelmente já publicado antes, talvez em 1899 –, cujo tema central era a relação do Estado com a sua moldura geográfica, ou seja, o país no qual o Estado se desenvolve. Kjellén analisava o Estado por analogia com o indivíduo enquanto ser vivo e, no processo em que a política, como ciência, procura entender o Estado, relacionava a política com cinco ciências vizinhas, a jurisprudência, a sociologia, a etnografia, a história e a geografia. Ao campo específico da relação da política com a geografia chamou geopolítica e, assim, nascia o neologismo. Pouco mais foi do que meramente enunciado, inicialmente foi-lhe conferida reduzida importância e teve limitada divulgação.

Rudolf Kjellén só viria a desenvolver o conceito de geopolítica quinze anos depois, em 1916, quando publicou o livro *O Estado como Forma de Vida* (Kjellén, 1917). O livro era uma reflexão sobre ciência política, sobre o papel do Estado, dedicando todo o capítulo II à geopolítica que considerava um ramo da ciência do Estado. Caracterizava, assim, terminologicamente, uma disciplina que já vinha sendo construída, em resultado do interesse crescente que a geografia vinha merecendo, nomeadamente nos finais do século XIX com Elisée Réclus e com Friedrich Ratzel, talvez os maiores geopolíticos *avant la lettre*, aliás nos antípodas um do outro nos seus posicionamentos ideológicos e científicos. Mas ainda ninguém encontrara para ela o qualificativo mais apropriado. Kjellén ignorou Réclus, talvez porque fosse francês e anarquista, mas assumiu-se como discípulo de Ratzel, alemão, com uma conceção determinista da geografia, a quem chamou de grande pioneiro da geopolítica apesar de nunca ter isso ido além da geografia política. Como entretanto a geografia já tinha conquistado o estatuto de fator determinante da decisão política, Kjellén encontrou no termo geopolítica a solução para definir a relação geografia/Estado: «A geopolítica é o estudo do Estado enquanto organismo geográfico ou enquanto fenómeno no espaço, isto é, o Estado como terra, território, área, ou melhor dito, como país.»

No fundo, a grande preocupação de Kjellén era contrariar a ideia, então dominante, de que o Estado era fundamentalmente um conjunto de normas jurídicas e colocar a tônica nos seus pilares mais palpáveis, território e população, ou seja, a geografia.

Ao longo dos anos que se seguiram e em que a geopolítica foi conquistando estatuto nos meios intelectuais, políticos, sociais e militares, foram-se acumulando definições, muitas vezes desvirtuando a essência conceptual de Kjellén, mas que foram fazendo escola. Surgiram definições de geopolítica para todos os gostos.

A definição oficiosa em geral adotada nos meios militares portugueses é a do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), antecessor do atual Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), que é fiel ao pensamento do fundador. Por isso creio que se justifica que seja aqui citada: «Estudo das constantes e das variáveis do espaço (...) que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade da ciência política.»

Num conceito síntese muito breve e simplificado, diremos então que a geopolítica pode ser entendida como o estudo dos fatores geográficos em função da decisão política.

É uma síntese que respeita, com rigor, o sentido original de Rudolf Kjellén.

### **Geopolítica Clássica**

A primeira escola geopolítica que surge, assumindo-se como tal, é a Escola de Munique. Em 1922, Karl Haushofer, alemão, geógrafo, militar, académico, funda nesta cidade o Instituto de Geopolítica<sup>1</sup> que, em 1924, lança a *Revista de Geopolítica*<sup>2</sup>. Inspirado em Kjellén e Ratzel, recebe também, ironicamente, influência do maior geógrafo da potência rival, o britânico Halford Mackinder, de quem falaremos adiante.

Inicialmente o pensamento de Haushofer inscreve-se no quadro conceptual de Kjellén. De facto, segundo Gearóid Ó Tuathail (2006), para Haushofer: «A geopolítica (...) é o estudo da influência da terra nos processos e instituições políticas.» Mas com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e o suporte que a ideologia imperialista nazi vai procurar na *geopolitik*, a Escola de Munique vai afastar-se do rigor científico inicial e tornar-se um verdadeiro centro inspirador do projeto belicista e expansionista do Terceiro Reich.

---

1 *Institut für Geopolitik*.

2 *Zeitschrift für Geopolitik*.

---

Com a ascensão do nazismo, com a II Guerra Mundial e com a derrota alemã, a geopolítica viria ser identificada com a responsabilidade que terá tido no desencadeamento da guerra e com os contornos mais tenebrosos e aberrantes que o hitlerismo assumiu. E pagou um elevado preço por isso, tendo sido votada ao ostracismo. Para a sua posterior recuperação deve assinalar-se o papel importante que teve o sociólogo brasileiro Josué de Castro e a repercussão de um seu livro a que deu o corajoso título *A Geopolítica da Fome* (Castro, 1955), cuja primeira edição data de 1951. Mas Josué de Castro teve o cuidado de se demarcar e até condenar, expressa e severamente, os desvios da *geopolitik*: «A geopolítica (...) nada tem a ver com a *geopolitik* germânica, pseudociência de Karl Haushofer, que não passava de uma nebulosa mistura de princípios contraditórios, concebida com a finalidade única de justificar as aspirações expansionistas do Terceiro Reich.»

Josué de Castro era um anti-determinista convicto e nisso distanciava-se de Kjellén, mas a sua definição de geopolítica estava próxima da do fundador: «(...) o que chamamos Geopolítica não é uma arte de ação política na luta entre os Estados (...) É apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenómenos políticos na sua realidade espacial (...)»

A partir de então assiste-se à recuperação de algumas teorias anteriores à *geopolitik* da Escola de Munique. Apesar de os próprios autores nunca se terem assumido como geopolíticos, vão passar a ser como tal identificados conquistando mesmo o estatuto de grandes clássicos da geopolítica. Assim foi com a teoria do poder marítimo do almirante norte-americano Alfred Mahan, cujos trabalhos, na passagem do século XIX para o século XX, assentavam na defesa da primazia do poder marítimo. Mahan sintetizou-a num simples silogismo, “Quem dominar o mar domina o mundo” para cuja formulação, aliás, se inspirou no famoso corsário inglês e colonizador da América do princípio do século XVII, sir Walter Raleigh e no escritor, também inglês dos finais do mesmo século, John Evelyn.

Também foi assim com o geógrafo britânico Halford Mackinder, eminente personalidade da maior potência marítima da época mas que, ironicamente, foi o grande teórico do poder terrestre assente no domínio do *heartland* euroasiático e que, paradoxalmente, tanto iria influenciar a Escola de Munique. A este se deve o novo silogismo: “Quem controlar a Europa de leste comanda o *heartland*; quem controlar o *heartland* comanda a ilha mundial; quem controlar a ilha mundial comanda o mundo”.

Os seguidores do geógrafo e historiador Paul Vidal de La Blache, recuperaram os fundamentos deste que é considerado o fundador da escola geopolítica francesa, a qual, em resposta ao determinismo da Escola de Munique, desenvolve um pensamento marcado pelo possibilismo. Se bem que elaborando uma teoria de poder terrestre, valorizava o papel do homem no espaço geográfico e, sem recusar a importância do meio físico, relevava a forma como este é, ou não, aproveitado

pelo homem. Os possibilistas resumiam o seu pensamento numa frase: “A natureza propõe e o homem dispõe”.

Mais tarde, já na década de 40, o aviador militar russo emigrado para os EUA e naturalizado norte-americano, Alexander Seversky, na onda da euforia do desenvolvimento da aeronáutica militar, recusando uma geopolítica baseada na dicotomia poder marítimo/poder terrestre, introduziria a dimensão aérea e seria o primeiro a construir uma teoria com contornos geopolíticos de um poder aéreo, segundo a qual o controlo do espaço aéreo seria o instrumento decisivo para domínio mundial: “Dominando o ar, os EUA podem dominar ou partilhar o domínio do mundo”. Antes dele já o general italiano Giulio Douhet publicara um livro, *O Domínio do Ar* no qual, numa aproximação a uma teoria geopolítica do poder aéreo, avançou o seu próprio silogismo “A potência que dominar o ar domina o Mundo”, mas que, na realidade, não ia além da tática ou estratégia aérea.

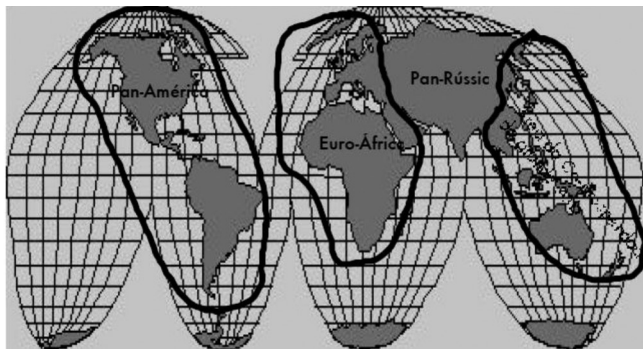
Em 1943 surge ainda a teoria do professor holandês naturalizado norte-americano, Nicholas Spykman, uma teoria de poder dualista, conciliando poder terrestre e poder marítimo porque, sem retirar valor ao *heartland*, lhe sobrepunha a importância da cintura costeira que envolve o coração da Eurásia, a que chamou *rimland*: “Quem controla o *rimland* governa a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo”.

Já na década de 60 o geógrafo e professor norte-americano Saul Bernard Cohen elaborou a sua teoria da divisão do mundo em duas regiões geoestratégicas: o Mundo Dependente do Comércio Marítimo e o Mundo Continental Euroasiático. Como sub-divisões das regiões geoestratégicas ou com estatuto autónomo não incluídas nestas considerava várias regiões geopolíticas. Por fim distinguia duas regiões onde as influências dos dois blocos se chocavam, o Médio Oriente e o Sudeste Asiático, a que chamou cinturas fragmentadas e às quais atribuía um papel decisivo na disputa do poder mundial: “O destino político e estratégico das cinturas fragmentadas é de interesse vital para o Mundo Marítimo Dependente do Comércio”.

Estes, entre outros, foram os nomes mais sonantes do renascimento da geopolítica, conquistando mesmo a distinção de grandes clássicos.

A condenação por Josué de Castro da doutrina de Haushofer, por considerar que esta tinha por objetivo justificar as aspirações expansionistas do terceiro Reich, era, sem dúvida, pertinente. Em primeiro lugar porque ela visava aplicar as teorias do espaço vital e da fronteira natural que pretendiam legitimar o crescimento dos Estados mais fortes à custa dos vizinhos mais fracos. Depois porque, a nível mundial, defendia a teoria das pan-regiões, que tinha como objetivo assegurar a partilha da hegemonia planetária das grandes potências situadas no hemisfério norte, EUA, Alemanha, Rússia e Japão, através de uma divisão do mundo em zonas de influência e de domínio, orientadas segundo os meridianos (figura 1).

Figura 1 – As Pan-regiões de Haushofer



Fonte: <http://acordacriatura.blogspot.com/2011/01/as-pan-regioes-de-haushofer-geopolitica.html>

Só que a denúncia de Josué de Castro pecava por defeito, já que tinha igual cabimento em relação às outras teorias, quer as anteriores a Haushofer, de Mahan, Mackinder e La Blache, quer as posteriores de Sevversky, Spykman ou Cohen.

Mahan, inscrevendo-se na ideologia do *New Manifest Destiny* que advogava o expansionismo norte-americano para o exterior do continente americano, tinha como objetivo a projeção de poder para o Pacífico para tornar os EUA uma potência mundial e para fazer face à expansão japonesa dos finais do século XIX para a Ásia oriental e Pacífico ocidental. Nesse sentido aconselhou a ocupação do Hawai e das Filipinas e a construção de um canal que ligasse o Atlântico ao Pacífico e, conseqüentemente, as duas costas dos EUA. Para isso era necessário a submissão da América Central, o controlo das Caraíbas e a promoção da independência de um novo Estado “cliente” a retirar à Colômbia, o Panamá, que aceitasse a construção do canal e a sua manutenção sob controlo de Washington (figura 2).

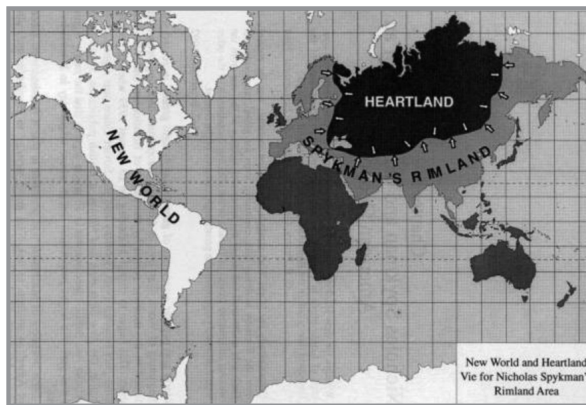
Figura 2 – Os EUA como Potência Marítima segundo Mahan



Fonte: [www.google.pt/imgres?q=alfred+mahan&hl=pt-PT&=](http://www.google.pt/imgres?q=alfred+mahan&hl=pt-PT&=)

A teoria do *heartland* de Mackinder vinha na sequência do chamado “grande jogo”, a competição que se travava entre a ambição da Rússia, potência continental, em expandir-se para sul para atingir os mares quentes do Índico e a pretensão da Grã-Bretanha, potência marítima, em expandir-se para norte a partir do seu império na Índia, que se chocavam na Ásia Central, nomeadamente no Afeganistão. A preocupação de Mackinder era alertar o seu governo para as ameaças à hegemonia mundial da Grã-Bretanha que resultariam de um poder terrestre que controlasse o *heartland* (figura 3).

Figura 3 – O Heartland segundo Mackinder



Fonte: [www.google.pt/imgres?q=mackinder+heartland&hl=pt-PT&](http://www.google.pt/imgres?q=mackinder+heartland&hl=pt-PT&)

O próprio La Blache, não deixava de colocar o seu pensamento ao serviço da estratégia francesa, preocupado em fundamentar os direitos da França à Alsácia-Lorena que, em plena I Guerra Mundial ainda estava integrada na Alemanha, e em procurar apoios para a sua devolução no pós-guerra (figura 4).

Figura 4 – Alsácia-Lorena



Fonte: [www.google.pt/imgres?q=als%C3%ciaA1cia-lorena&hl=pt-PT&](http://www.google.pt/imgres?q=als%C3%ciaA1cia-lorena&hl=pt-PT&)

Seversky era apologista de um poder aéreo norte-americano que se pudesse confrontar com a URSS através de um espaço mais curto entre os centros vitais das duas superpotências, o Ártico, em torno do qual definia a área de decisão. Pelas suas características, uma quase ilha-continente, advogava que os EUA dispunham de capacidade para projetar poder aéreo a partir do próprio território e, assim, dominar o mundo ou, pelo menos, partilhar o domínio do mundo (figura 5).

Figura 5 – A Área de Decisão de Seversky



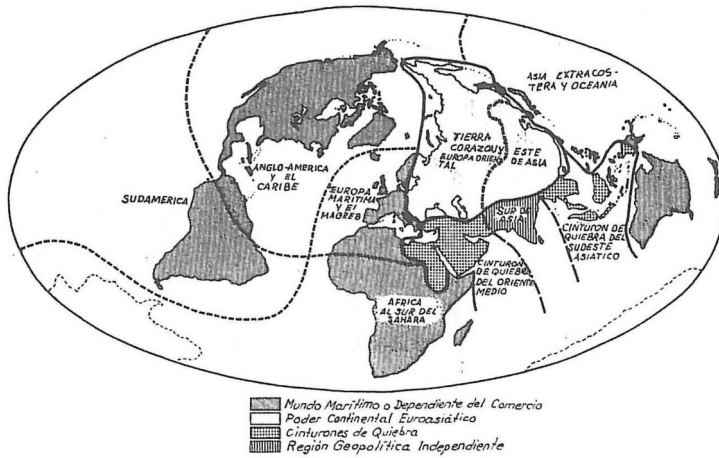
Fonte: [www.google.pt/search?q=alexander+seversky&hl=pt-PT&](http://www.google.pt/search?q=alexander+seversky&hl=pt-PT&)

Spykman, com a teoria do *rimland* (fig. 3), inspirou a estratégia da contenção à URSS, que o presidente Truman seguiu pela via militar, através da instalação de um “cordão sanitário” envolvendo a superpotência rival, materializado pelos Pactos de Segurança Coletiva – OTAN, Pacto de Bagdad, SEATO –, e pelos Pactos de Assistência Mútua – com a Austrália e Nova Zelândia (ANZUS), Filipinas, Taiwan, Coreia do Sul e Japão.

Por último Cohen apresentou uma visão do mundo correspondente à sua divisão de acordo com as áreas de influência das duas superpotências no mundo bipolar da Guerra Fria, atribuindo às cinturas fragmentadas um papel decisivo porque aí se concentrariam as atenções e os confrontos entre os dois pólos do sistema, ainda que através de conflitos por delegação (figura 6).



Figura 6 – O Mundo Dividido segundo Cohen



Estas teorias não eram, sem margem para dúvidas e como obviamente se constata, teorias geopolíticas, explicativas do poder com base na análise dos fatores geográficos. Eram teorias comprometidas, em situação, justificativas de poderes expansionistas das grandes potências por via militar e, por isso, como confirmaremos mais à frente, verdadeiras teorias geoestratégicas.

## Geoestratégia

Quando a geopolítica começou a impor-se como disciplina autónoma, o termo geoestratégia estava praticamente silenciado. Algumas referências esporádicas diziam que teria sido descoberta depois da II Guerra Mundial, pela década de 40, até lhe garantiam paternidade conhecida e chamavam-lhe a irmã mais nova da geopolítica. Estávamos perante um erro crasso, erro que já tive oportunidade de denunciar noutra local (Correia, 2009). Na verdade o conceito e o neologismo geoestratégia tinham nascido na década de 40 mas do século XIX, portanto cem anos antes do que lhe era atestado e mais de meio século antes da geopolítica. Deve-se a um militar italiano, figura romanesca que combateu no movimento revolucionário *Risorgimento* pela unificação da Itália, que foi ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros do Piemonte e que até teve ligação estreita a Portugal, porque aqui combateu na guerra civil que opôs liberais e absolutistas nos anos do 30 século XIX, evidentemente nas fileiras liberais em que sempre militou. Esta revelação deve-se a outro militar italiano, Ferruccio Botti, que a inseriu num artigo publicado nas páginas da revista *Stratègique* (Botti, 1995). Diz Botti – e outros

autores o confirmam na mesma edição –, que foi o general Giacomo Durando que, em 1846, então refugiado em Lausanne, publicou o livro *Della Nationalita Italiana – Saggio Politico-militare*, no qual se pode ler: «A situação ou posição geográfica determina de forma inalterável o caráter geoestratégico de um país (...) Servi-me de uma palavra que penso não ter sido empregue até hoje, a de geoestratégia, cada vez que tinha de considerar o terreno em abstrato e fora do emprego de forças organizadas, mas naturalmente sempre em relação com elas.» O que quer dizer que, ao contrário do que era então uma ideia feita, nos anos 40 do século XX se verificou não o nascimento, mas um renascimento da geoestratégia, que sofrera um eclipse de um século.

Com o seu renascimento o conceito de geoestratégia conheceu uma atualização da sua formulação, até pela influência das definições de geopolítica que entretanto se tinham consolidado, mas manteve-se fiel ao sentido original do seu fundador, ainda que praticamente esquecido: o da associação do fator geográfico (o terreno) a uma finalidade estratégica (emprego de forças organizadas). A sua definição oficiosa no IAEM reflete esse sentido: «Estudo das constantes e variáveis do espaço (...) que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego, de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica.»

Se tivermos presente a definição de geopolítica do IAEM, que atrás apresentámos, parece à primeira vista, evidente, a proximidade com esta, de geoestratégia e, por isso, creio que se justifica uma leitura integrada dos dois conceitos:

- **Geopolítica:** Estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade política.
- **Geoestratégia:** Estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica.

Há, de facto, uma grande semelhança, mas distinguem-se nos dois elementos de análise essenciais: nos modelos que servem – dinâmica de poder para a geopolítica, avaliação e emprego de formas de coação para a geoestratégia – e nos objetivos que visam – atividade política para a geopolítica, atividade estratégica para a geoestratégia.

O almirante Pierre Célérier, um dos mais ilustres nomes da escola francesa, expressa-se em termos que revelam a preocupação de pôr em destaque aquela distinção: «(...) a geografia aplicada aos domínios da política e da estratégia nós chamamos geopolítica e geoestratégia.» (Célérier, 1969)

Com idêntica clareza se pronunciam Franck Debié, Raphaëlle Ulrich e Henri Verdier, (1991): «A geopolítica procura realizar um programa político. A geoestratégia procura facilitar a decisão estratégica.»

Também em Portugal há mais quem se preocupe com o rigor terminológico. António Horta Fernandes e António Paulo Duarte, dois investigadores ligados ao IDN, numa síntese que incluem no seu livro *Portugal e o Equilíbrio Peninsular* (1998), coincidem com as clarificações anteriores: «Geopolítica e geoestratégia são, respetivamente, a política e a estratégia referidas a partir da geografia num senso amplo.»

Não há dúvida, então, que geopolítica e geoestratégia se distinguem e, ainda que utilizem uma ferramenta comum, a geografia, se aplicam a objetivos diferentes. Como síntese, em definições muito breves, registemos que:

- Geopolítica é o estudo dos fatores geográficos em função da decisão política.
- Geoestratégia é o estudo dos fatores geográficos em função da decisão estratégica.

### **Derivação Semântica da Geopolítica**

Uma coisa, porém, é a pureza dos conceitos e outra a utilização que deles é feita. Nos tempos mais recentes, nomeadamente com o fim do sistema bipolar e a entrada na era da globalização, um pouco à semelhança do que já antes se passara com o termo estratégia, o vocábulo geopolítica entrou na moda e começou a ser utilizado a propósito e a despropósito, para qualificar tudo e mais alguma coisa que tenha um mínimo de incidência geográfica. Consequentemente descaracterizou-se, perdeu identidade própria. A isto venho chamando a derivação semântica da geopolítica e tenho-lhe dedicado alguma atenção (Correia, 2008).

Penso que se podem agrupar essas derivas em quatro grandes tendências.

A primeira corresponde à sua utilização no quadro do sistema das relações internacionais, a propósito das disputas, rivalidades e ruturas, das alianças, alinhamentos e parcerias, da correlação de forças e do jogo diplomático entre Estados.

A segunda inscreve-se na sua aplicação ao domínio da geografia política, a repartição geográfica do poder, a sua representação cartográfica, o traçado e o mosaico das fronteiras, a hierarquização, agrupamento e compartimentação das soberanias e autonomias.

A terceira compreende a sua apropriação para qualificar a grande política, as opções das grandes potências que dominam a cena internacional, dos principais centros de decisão mundiais, entendendo o prefixo geo num sentido de “terra à dimensão planetária” e não no sentido de “terra elemento da natureza”.

A quarta tendência resulta do seu emprego no campo da polemologia, dos conflitos internos ou internacionais, das crises, ameaças ou confrontos violentos entre grupos identitários no interior dos Estados, entre Estados, ou no âmbito das chamadas novas guerras, quando os atores recorrem a meios de coação violenta, o que é matéria específica da geoestratégia.

A esta última deriva semântica, resultante da promiscuidade entre geopolítica e geoestratégia, dedicarei uma análise mais detalhada.

A progressiva afirmação da geopolítica e a sua vulgarização mediática a partir dos finais do século passado, com relevo para a escola realista das relações internacionais dos EUA liderada por personalidades como Samuel Huntington e Henry Kissinger, influentes em centros de reflexão política e estratégica, fez-se através da intensificação da abusiva invasão do campo da geoestratégia, que quase voltou a desaparecer do discurso politicamente correto. E isto resultou, quanto a nós, de razões muito claras e que se inscrevem numa determinada lógica. Por um lado porque a Guerra Fria, colocando em confronto as duas superpotências e os respetivos blocos atlântico e euroasiático, pareceu feita por medida para consagrar o paradigma da geopolítica clássica da disputa pela supremacia mundial entre poder marítimo e poder terrestre. Tornou-se comum apresentar, em caricatura, como figuras simbolizando as duas superpotências, polos de cada um dos blocos rivais, a baleia e o urso. Por outro lado, com a bipolaridade da Guerra Fria e, posteriormente com a unipolaridade da globalização e do império mundial liderado pela hiperpotência norte-americana, a política externa dos EUA passou a ser a gestão de conflitos permanentes, com a hipótese sempre abertamente assumida do recurso a meios de coação. Isto é, a política passou a confundir-se com a estratégia. Então, se a geopolítica serve a política e a geoestratégia serve a estratégia, a partir do momento que política e estratégia se fundiram arrastaram, nessa fusão, as suas disciplinas instrumentais, geopolítica e geoestratégia. Se tivermos em consideração o rigor conceptual, foi a geoestratégia que absorveu a geopolítica, mas a verdade é que foi o termo geopolítica que prevaleceu, ainda que desvirtuado do seu significado original. Por isso digo que se processou uma derivação semântica.

O politólogo Ladis Kristof, romeno de nascimento e nacionalizado norte-americano, que considero um dos mais lúcidos críticos da escola geopolítica norte-americana e com o qual muito me identifico, perfilha, rigorosamente, esta ideia e confere-me um excelente suporte para a minha reflexão: «(...) é lamentável que a geopolítica tenda a ser identificada com a geoestratégia (...) não é inteiramente correto falar de uma escola americana da geopolítica (...) os seus escritos estratégicos são os mais identificados como políticos (...) Daí a associação, algumas vezes a identificação, na mente popular, da geopolítica com a geoestratégia e a guerra, ou pior, com a preparação para a guerra, ou ainda com a maquinação de guerras (...)» (Kristof, 1960).

Kristof é muito severo com a generalidade dos chamados geopolíticos norte-americanos, desde Mahan, a Theodore Roosevelt e a Spykman, que considera responsáveis, juntamente com outros não norte-americanos, por a geopolítica ter sido «(...) uma vítima da guerra; ela tem sido usada e maltratada por estratégias e expansionistas de todos os matizes (...)».

Certo é que, hoje, no léxico destas matérias, o vocábulo geoestratégia desapareceu praticamente do discurso dos analistas norte-americanos. E isto apesar de a quase totalidade dos textos que se apresentam como abordagens geopolíticas serem, na realidade, reflexões geoestratégicas. Com a influência que tem, a nível mundial, o pensamento dominante na globalização que é o dos EUA, o vírus instalado alastrou, e hoje esse desvio semântico, salvo raras exceções, vingou em todas as paragens onde estes temas são tratados e, com particular ressonância, nos *media* de grande difusão que ampliam o contágio.

Penso, porém, que não fica mal, em fora especializados e responsáveis como é o IDN, pugnar pela pureza original dos princípios.

### Nova Geopolítica

Esta dissolução da geopolítica na geoestratégia, ainda que mantendo a desajustada designação de geopolítica, abre espaço para a emergência de uma geopolítica despida desta abusiva vocação polemológica, que não é originariamente a sua. É esse espaço que dá lugar àquilo a que se vem chamando nova geopolítica.

É uma abordagem que suscita reservas em alguns setores mais fundamentalistas que pensam que se está a ir para além das fronteiras do conceito. Mas conta com a disponibilidade e inquietação intelectual de alguns nomes respeitáveis deste campo do conhecimento. Por isso atraiu, primeiro, a minha curiosidade, depois, a minha adesão. Cada vez vou descobrindo mais razões para prosseguir.

O primeiro alerta para a emergência de uma nova geopolítica chegou-me com o livro do general francês Pierre Gallois, (1990), onde o autor assinalava não ter dúvidas de que vivíamos uma época de transição da análise geopolítica. Dizia Gallois que estávamos perante a «(...) inversão de uma das maiores preocupações da geopolítica: marcada pelo determinismo estudou, inicialmente, a influência do ambiente sobre as sociedades, enquanto, hoje, tem de tomar em conta a destruição do ambiente pelo homem.» E resumia assim a inversão a que aludia: «No tempo da *geopolitik* o Estado-nação era o objeto de todas as suas análises. Atualmente é da gestão e da salvaguarda do meio que se trata.»

No prefácio a este livro de Gallois o professor René Dupuy interpretava aquela inversão em termos esclarecedores: «Os grandes (...) conceberam a geopolítica com o propósito de a controlar, se não mesmo de a capturar (...) é com o destino da humanidade que este livro se preocupa (...) os poderes têm, doravante, uma humanidade para gerir.» A humanidade é o *geo*, *latu sensu*, e Dupuy queria dizer que, na perspetiva de Gallois, doravante a geopolítica mudara de paradigma e teria de passar a encarar o espaço como objetivo e o poder como instrumento, isto é, o poder colocado ao serviço do espaço.

Esta inversão de paradigma que atraiu a atenção de Gallois era a que incidia na interação mútua das duas componentes da geopolítica, geografia e política, ou espaço e poder, e que podemos traduzir na seguinte fórmula: do espaço como instrumento ao serviço do poder que era o paradigma da geopolítica clássica, passa-se ao poder como instrumento ao serviço do espaço, paradigma da nova geopolítica.

Já aqui referi a revista *Stratégique* n.º 50 e Franck Debié. Este autor nesta mesma edição, usava exatamente a expressão “nova geopolítica” quando chamava a atenção para «(...) um certo número de ensaios no domínio anglo-saxónico que propõem o projeto de uma nova geopolítica.» E, a propósito, citava O’Sullivan que «(...) procura apresentar uma geopolítica que sirva para fazer a paz (...) que se distancie dos mitos geopolíticos (...) e constitua a base de uma geopolítica alternativa.» Nova geopolítica ou geopolítica alternativa a quê? Evidentemente àquela que se esvaziara na geoestratégia.

Martin Motte (1995) recusava a distinção, na sua essência, entre a *geopolitik* da Escola de Munique e a geopolítica, porque considerava que o pecado da *geopolitik* residiu na coloração ideológica que o hitlerismo nela introduziu. Ainda que não usasse a expressão nova geopolítica, admitia implicitamente o seu surgimento quando reconhecia que, depois da II Guerra Mundial, alguns autores opunham à *geopolitik* que visaria conquistar o espaço, a geopolítica que se dedicaria a melhorar a sua gestão. Foram estes os termos que usou e que coincidem, perfeitamente, com a fórmula que apresentei para destacar a inversão da interação mútua das duas componentes da geopolítica.

Mas há referências a uma nova geopolítica, anteriores ao livro de Pierre Gallois. O General José Manuel Freire Nogueira, que nem sequer se mostra um entusiasta da nova geopolítica. No seu livro recentemente publicado, (Nogueira, 2011) cita o autor norte-americano Griffit Taylor que, no seu livro *Geografia do Século XX*, escrito no princípio dos anos cinquenta, propôs uma nova abordagem da geopolítica. Ao estudo da geografia para promover a conquista, Taylor contrapunha outro extremo, a *geopacífics*, ou seja o estudo da geografia para promover a paz, a que também chamou geopolítica humanizada.

E o artigo de Ladis Kristof a que já me referi é de 1960, logo também anterior ao livro de Gallois. Quando condena, veementemente, a identificação da geopolítica com a geoestratégia e a associação da geopolítica com a guerra, coloca-se numa posição muito próxima da nova geopolítica, tal como aqui se vem esboçando. E é mesmo muito explícito, quando recusa que «(...) a terra possa ser tratada meramente como palco (logo como instrumento) das atividades políticas (...). Ou quando invoca que o domínio do homem sobre a natureza terá contribuído para estimular o novo pensamento geográfico e geopolítico segundo o qual «(...) não podemos senão considerar o meio ambiente mais importante do que o espaço, tanto na seleção das políticas (...) como na execução das políticas (...)».

O próprio Josué de Castro, quando se propôs recuperar a dignidade da geopolítica para que seja reabilitada no seu verdadeiro sentido, fê-lo em termos que antecipam uma nova geopolítica: «(...) uma disciplina científica que busca estabelecer as correlações existentes entre os fatores geográficos e os fenômenos de categoria política, a fim de demonstrar que as diretrizes políticas não têm sentido fora dos quadros geográficos (...)». Aliás até o título do livro, que o autor justifica porque «poucos fenômenos têm interferido tão intensamente na conduta política dos povos, como o fenômeno alimentar, como a trágica necessidade de comer (...)», está carregado do espírito que está na gênese da nova geopolítica.

Foi nesta perspectiva, com a sensibilidade desperta para um entendimento da geopolítica que se demarcasse da sua promíscua fusão com a geoestratégia, que iniciei o aprofundamento da nova geopolítica, incluída como parte do currículo da cadeira de Geopolítica e Geoestratégia na Licenciatura em Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e que, na sua sequência, integrei como último capítulo do I Volume do *Manual de Geopolítica e Geoestratégia* (Correia, 2002) que, no conjunto dos dois volumes, compila, de forma mais elaborada, as lições daquela licenciatura. O aprofundamento da investigação neste domínio, ainda muito pouco estudado, numa atitude claramente ensaística, exploratória, está longe de ter encontrado respostas definitivas. Mas esse aprofundamento permite já consolidar algumas das ideias inicialmente esboçadas.

E, assim, penso que faz sentido desenvolver a nova geopolítica seguindo quatro vetores, quatro dimensões:

- a primeira dimensão é a ecopolítica, aplicada ao espaço físico-geográfico, segundo a qual o poder político deve ser colocado ao serviço da geografia física, da preservação do ambiente, do equilíbrio da biodiversidade, uma verdadeira política da Terra, matéria sobre a qual Viriato Soromenho-Marques (1994) nos sugere propostas muito interessantes;
- a segunda é a demopolítica, orientada para as populações, ou seja o poder exercido em proveito da geografia humana, dos seus problemas mais prementes resultantes da explosão demográfica, dos fluxos migratórios, da gestão das minorias;
- a terceira é a geoeconomia, isto é, o poder ao serviço da geografia económica, da gestão dos recursos naturais, da sua salvaguarda e garantia da sua renovação, do seu aproveitamento e da sua justa distribuição a nível local, regional e planetário, de uma política que concilie a qualidade de vida e a capacidade de carga da Terra, conforme foi equacionado no relatório Cuidar o Futuro (Comissão Independente População e Qualidade de Vida, 1998), da responsabilidade de reputados especialistas e presidida por Maria de Lourdes Pintasilgo;
- a quarta é a biopolítica, dimensão transversal que se cruza com as três primeiras e compreende o poder ao serviço da segurança humana, que deixe

de ser um poder que disponha da vida das populações e passe a ser um poder disponível para a vida das populações, em que a segurança dos Estados passe pela segurança dos cidadãos, temas que correm o risco de soar algo demagógicos mas sobre os quais pensadores ilustres, como Michel Foucault (2010), Roberto Esposito (2010) ou Mark Duffield e Nicholas Waddell (2004), ensaiam reflexões muito consistentes. É tema que trato em artigo que, com o título “Biopolítica e Geopolítica”, será publicado num próximo número da revista Geopolítica.

Só esta abordagem da geopolítica permitirá ir ao encontro da preocupação com uma geopolítica que sirva para fazer a paz, como avançou O’Sullivan, ou de uma *geopacífics*, o estudo da geografia para promover a paz, segundo Griffit Taylor. Por oposição a uma geopolítica que, tendo passado a confundir-se com a geoestratégia, aceitou assumir-se como uma geopolítica dos conflitos, a nova geopolítica será uma geopolítica da paz.

Evidentemente que esta abordagem da nova geopolítica como uma disciplina integrada numa cultura da paz passa pelo entendimento de uma paz pela positiva, como aquela que nos é proposta por Johan Galtung (1996), uma paz estrutural assente na eliminação dos fatores da violência e não apenas da ausência de guerra, que é a paz pela negativa. As dimensões da nova geopolítica apontam nesse sentido, encarando a gestão do espaço com a preocupação de tornar melhor a vida no planeta Terra, corrigindo distorções geradoras de conflitos violentos e predadores:

- com a ecopolítica, contribuindo para uma nova ordem na Terra que tenha a sua preservação como objetivo;
- com a demopolítica, perseguindo uma política cosmopolita e inclusiva alargada a toda a humanidade a nível global;
- com a geoeconomia, promovendo um desenvolvimento sustentável no quadro de uma nova ordem económica internacional;
- com a biopolítica, assumindo uma política da vida e não mais sobre a vida, a vitalização da política e não mais a politização da vida.

## Conclusão

Quando as teorias geopolíticas começaram a impor-se como projetos estruturados para conquista e expansão do poder das grandes potências, logo como teorias justificativas, comprometidas, em situação, deturpando a ideia original do seu fundador Rudolf Kjellén, transformaram-se em verdadeiras teorias geoestratégicas, porque passaram a fundamentar-se na análise dos fatores geográficos com vista a alcançar objetivos políticos através da gestão de meios de coação violentos.



Hoje, a designação corrente de geopolítica aplica-se predominantemente a elaborações teóricas que são do domínio da geoestratégia.

Esta derivação semântica abre caminho ao surgimento de uma nova forma de encarar a geopolítica que respeite os seus fundamentos conceptuais, enquanto disciplina que assenta na combinação da geografia e da política, mas invertendo a interação mútua destes elementos, passando-se de uma geografia como instrumento em benefício da política, a uma política como instrumento colocado ao serviço da geografia.

E, assim, geopolítica e geoestratégia, reencontrando as suas áreas de intervenção próprias, deixarão de se confundir numa amálgama conceptual promíscua, contribuindo para o melhor entendimento e aceitação de disciplinas em geral encaradas como herméticas e reservadas a um tratamento em circuitos fechados, apenas acessíveis a restritos meios de iniciados.

### **Bibliografia**

- Botti, Ferruccio (1995). "Le Concept de Géostratégie et son Application à la Nation Italienne dans les Théories du Général Durando (1846)", *Stratégique* n.º 58. Paris: Institut de Stratégie Comparée.
- Castro, Josué de (1955). *A Geopolítica da Fome*, Rio de Janeiro: Livraria Editora.
- Célérier, Pierre (1969). *Géopolitique et Géostratégie*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Comissão Independente População e Qualidade de Vida (1998). *Cuidar o Futuro – Um programa radical para viver melhor*. Lisboa: Trinova Editora.
- Correia, Pedro de Pezarat (2009). "Regresso aos Clássicos", *Geopolítica* n.º 3. Aveiro: Centro Português de Geopolítica.
- Correia, Pedro de Pezarat (2008). "Derivações Semânticas da Geopolítica", *Geopolítica* n.º 2. Aveiro: Centro Português de Geopolítica.
- Correia, Pedro de Pezarat (2002). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Vol I*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Débié, Franck (1991). "La Géopolitique est-elle une Science?", *Stratégique* n.º 50. Paris: Institut de Stratégie Comparée.
- Debié, Franck, Raphaëlle Ulrich e Henri Verdier (1991). "A Quoi sert la Geostratégie?", *Stratégique* n.º 50. Paris: Institut de Stratégie Comparée.

- Duffield, Mark e Waddell, Nicholas (2004). *Human Security and Global Danger: Exploring a Governmental Assemblage*. University of Lancaster.
- Esposito, Roberto (2010). *Bios, Biopolítica e Filosofia*. Lisboa: Edições 70.
- Fernandes, António Horta e Duarte, António Paulo (1998). *Portugal e o Equilíbrio Peninsular*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Foucault, Michel, (2010). *Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979)*. Lisboa: Edições 70.
- Foucault, Michel (1994). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Gallois, Pierre M. (1990). *Géopolitique les Voies de la Puissance*. Paris: PLON.
- Galtung, Johan (1996). *Peace by Peaceful Means : Peace and Conflict, Development and Civilization*. Oslo: International Peace Research Institute.
- Kjellén, Rudolf (1917). *Der staat als lebensform*, Leipzig: S. Hirzel Verlag.
- Kristof, Ladis K. D. (1960). "The Origins and Evolution of Geopolitics". *The Journal of Conflict Resolution* 1, pp.15-51. Paris: Sage Publications.
- Motte, Martin (1995). "Une Définition de la Géostratégie". *Stratégique* n.º 58. Paris: Institut de Stratégie Comparée.
- Nogueira, José Manuel Freire (2011). *O Método Geopolítico Alargado: Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo*. Lisboa: IESD.
- Soromenho-Marques, Viriato (1998). *O Futuro Frágil: Os Desafios da Crise Global do Ambiente*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Soromenho-Marques, Viriato (1994). *Regressar à Terra*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- Tuathail, Gearóid Ó (2006). "Introduction" em *Geopolitics Reader*, second edition. London: Routledge.